

MODERNIDADE E ECLETISMO: uma proposta para a teoria das relações internacionais?

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

WALKER, R. B. J. *Inside/outside: relações Internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2013.

É sempre bem-vinda a tradução de livros que são referência para as Relações Internacionais (RI), em particular na área de teoria, ainda deveras carente de versões para o público nacional. Neste sentido, é bastante oportuna a versão em português do livro de Walker (2013), uma relevante contribuição para o debate teórico internacionalista desde sua primeira edição em 1993 na Grã-Bretanha.

O Professor Robert B. J. Walker é natural da Grã-Bretanha e atua na Universidade Victoria, no Canadá, desde 1981; escreveu diversos capítulos de antologias, artigos em periódicos acadêmicos e jornais, alguns em conjunto com Richard Ashley (outro autor de destaque no âmbito teórico das Relações Internacionais que não possui livros traduzidos no Brasil); e atuou como professor visitante em várias universidades, inclusive na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta resenha se pautará por um registro sumário dos capítulos do livro de Walker (2013), seguida de alguns apontamentos críticos. A proposta geral do livro é o questionamento de vários lugares-comuns sobre a teorização em RI e suas conexões com o tema da Modernidade. O título é sintomático deste intento, ou seja, buscar analisar as teorias por dentro e por fora em aspectos comuns e incomuns.

O capítulo 1 enuncia a proposição de que o livro não apresenta uma tese ou conclusão óbvia ao refletir sobre um discurso relativo aos horizontes da política moderna. Neste sentido, conforme o autor (WALKER, 2013, p. 42),

Ao contrário do pensamento convencional, proponho que a tradição de pensamento dominante nessa disciplina não é o realismo político, em qualquer caso melhor entendido como uma estratégia diversificada e bastante volúvel de evasões teóricas. Em vez disso, é essa alegação constitutiva à universalidade que passou a ser ridicularizada como idealismo e utopismo. Também interpreto aquelas outras controvérsias centrais às explicações do desenvolvimento da disciplina – sobre estadocentrismo e globalismo ou sobre metodologias sociocientíficas – como variações dessa antinomia central. Interpreto essa antinomia como

uma articulação específica das opções filosóficas expressas pelo princípio da soberania estatal. Concordando com as supostas reivindicações realistas sobre o significado do princípio de soberania estatal, argumento que as teorias de RI informam menos sobre o caráter e as consequências da soberania estatal do que o princípio da soberania estatal nos informa sobre as estruturas categóricas da teoria de RI.

A tônica do livro pode ser deduzida pelo trecho acima, que destaca justamente o questionamento de ideias e conceitos bastante solidificados no âmbito das RI.

O capítulo 2 destaca as narrativas que transformaram o pensamento de Maquiavel naquilo que o autor identifica como uma apropriação não crítica e a-histórica de seu legado. Como desdobramento disto, Walker (2013) questiona a narrativa de um debate entre realismo e idealismo protagonizado, entre outros, por Edward Hallet Carr (2001), importante autor de clássica obra sobre os impasses teóricos e práticos internacionalistas do período entre-guerras. A suposta vitória do realismo nas contendas teóricas tem na sua negação um ponto central no argumento de Walker; endossa o argumento de Martin Wight (1966) – clássico autor teórico contemporâneo da Escola Inglesa de Relações Internacionais - de que não existem teorias das RI e sim tradições que tratam marginalmente do temário do além-fronteiras. Por outro lado, Walker (2013) critica Wight pelo fato de este estabelecer uma narrativa das origens da teorização sobre o internacional que leva a uma sugestão de limites que a disciplina não poderia ultrapassar. Para Walker, este argumento também reifica a discussão teórica. Na medida em que o realismo se opõe à perspectiva universalista do idealismo, tal vertente teórica ignora o fato de que seu alcance está calcado em alegações justamente também de cunho universalista.

O capítulo 3 situa o tema da ética na Modernidade. Segundo Walker (2013, p. 125), deve-se concluir que “em vez de enfocar

diretamente tentativas de se falar de ética nas relações internacionais, como da verdade com relação ao poder, é mais útil questionar os *loci* dentro da teoria de RI que encorajam ou desencorajam alegações éticas." Correlato a tal tema, o professor britânico enuncia o predomínio do idealismo e não do realismo no plano teórico internacionalista (WALKER, 2013, p. 120):

Contudo, a alegação da comunidade e da justiça na esfera nacional sustenta a alegação negativa da anarquia na esfera internacional. Mais uma vez, somos levados a entender que a tradição dominante na teoria de RI não é o realismo político, mas o idealismo, pois é a possibilidade da universalidade proclamada pelo idealismo que possibilita a ligação discursiva entre diferença, relativismo, anarquia, tragédia e violência.

No capítulo 4, é discutido o tema da história e da reificação. O debate em torno de uma narrativa tradicional sobre a teorização nas relações internacionais perde de vista, reifica vários de seus aspectos, ignora aquilo que Walker (2013) chama de sua história controversa. Neste sentido, Walker anuncia também sua identificação com os pressupostos da teoria crítica enunciados por Robert W. Cox, que enfatiza a transformação das práticas estatais e a reorganização global em curso.

O realismo político nas suas diversas variantes é o objeto do capítulo 5. Conforme a análise de Walker (2013), o realismo como um todo é um conjunto de discursos fragmentados que perde de vista o historicismo peculiar do momento de sua elaboração e a identidade, ao propor uma negação focada entre política e economia, alta e baixa política, ciência e tradição, racionalismo e reflexivismo, comunidade e anarquia, ética e política, típicas da grande oposição entre realismo político e utopismo. Conforme o nosso autor, tal polaridade empobrece as complexas tradições históricas e filosóficas, comprometendo a reflexão teórica e a ação crítica.

O Estado territorial é o tema do capítulo 6. Walker (2013) critica abordagens que lhe soam caricatas sobre o tópico: a bola de bilhar ou caixa preta em perspectiva sistêmica determinista; o progressivo número de abordagens teóricas sobre a tomada de decisão; o nexos da política condicionado a instituições mais ou menos formais de governo ou a descriteriosa confusão entre nação e Estado. É inevitável a alusão, entre outras perspectivas teóricas, às três imagens propostas por Kenneth Waltz para analisar as causas da guerra: o indivíduo, o governo estatal e o Estado inserido no âmbito sistêmico. Tais linhas de raciocínio, oscilando entre as perspectivas macro e micro da territorialidade de uma forma homogênea, absoluta e sem limites, fazem a discordância de Walker

traçar um paralelo entre a fictícia sátira de Swift com Gulliver como um gigante em Lilliput e um ser minúsculo em Brobdingnag.

O capítulo 7 é ocupado pela temática das condições espaço-temporais da prática democrática. O autor sustenta a dificuldade de refletir acerca da democracia em face da miríade de ideologias que incidem sobre o tema; entretanto, ele sustenta ser o princípio da soberania estatal o principal contexto para tratar da democracia. Afim ao tema da soberania, Hobbes foi um dos poucos a tratar adequadamente do tema da democracia na Modernidade. Ao entender a autonomia e a igualdade como condições da anarquia internacional, cria-se uma infeliz conclusão, dado que as mesmas são entendidas como as principais virtudes a serem celebradas pelas práticas democráticas (WALKER, 2013).

No capítulo 8, o autor questiona a narrativa que confere centralidade à soberania no plano internacional. No dizer de Walker (2013, p. 262),

Na melhor das hipóteses, as teorias de RI baseadas na reivindicação à soberania estatal envolvem um grau extraordinário de excesso de simplificação e otimismo. Nesse aspecto elas oferecem uma explicação explicitamente normativa de como o mundo deve ser, um meio de construir evidência empírica com base em suposições prévias sobre como as linhas podem ser traçadas por meio de aparências confusas e subjetividades questionadas.

A despeito da importância do livro, ponderações críticas são necessárias sobre o mesmo.

Walker critica inúmeras conceituações e definições questionando discursos e narrativas que lhes são concernentes como uma espécie de lugar-comum que pouco explica. Entretanto, a despeito de muitas notas que remetem a um sem-número de referências de autores e obras, inúmeras argumentações de seu livro padecem da mesma dificuldade. Há mínimo esforço de clareza, de dirimir vaguezas e confusões que a obra enseja com o enorme relativismo que ela contempla em vários conceitos e argumentos. Não há um esforço argumentativo substantivo em corroborar várias hipóteses centrais do livro, como a insuficiência do conceito de soberania. O autor critica a a-historicidade e a apropriação acrítica de várias formulações e categorias, mas abusa de rótulos (vários deles de conteúdo bastante vago) e raciocínios não demonstrados, o que certamente esvazia seu argumento.

Mas a principal ponderação crítica ao livro refere ao ecletismo. A articulação de inúmeros conceitos, autores e argumentos em torno da Modernidade e Pós-Modernidade levam à seguinte questão: tudo isto faz parte da mesma discussão, da mesma

reflexão ou resolução de problemas baseada em tais noções centrais? Por outras palavras, tudo faz parte da discussão da Modernidade e da Pós-Modernidade? Em vários momentos do livro, Walker responde afirmativamente a estas questões.

Recorrendo a uma estratégia semelhante, como já escrito acima, Walker dá a entender - sem mesmo justificar - que o argumento de Hobbes faz parte da problemática da democracia, ponto bastante controverso referente às particularidades do pensador de Malmesbury. Como compatibilizar a formulação hobbesiana com toda a discussão referente à moderna democracia? Qual a demonstração que permite entender serem tais temáticas afins, próximas ou referentes ao cerne de uma mesma discussão?

No mesmo diapasão e buscando articular o conjunto do livro, se tudo faz parte de um mesmo conceito ou linha articuladora, a Modernidade, o argumento da obra encontra-se diante de um discurso vazio; ou seja, não há esforço criterioso e rigoroso de ressignificação dos conceitos e categorias para que eles não sejam incompatíveis entre si. Em uma palavra, a deficiência teórico-metodológica conhecida como ecletismo (OLIVEIRA FILHO, 1994).

A ausência de uma tese ou conclusão óbvia enunciada por Walker conota muito mais uma dificuldade de dar respostas dentro de uma substantiva articulação teórico-prática do que um questionamento teórico interno e externo no plano internacionalista.

Referências

CARR, E. H. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: UnB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA FILHO, J. J. Patologias e regras metodológicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 263-268, jan.-abr. 1995.

WALKER, R. B. J. *Inside/outside: relações internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2013.

WIGHT, M. Why there is no international theory. In: BUTTERFELD, H.; WIGHT, M. (Ed.) *Diplomatic investigations*. Cambridge: Harvard University, 1966.

*** Professor de Teoria das Relações Internacionais do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais, campus de Marília; professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); pesquisador e vice-líder do grupo “Marxismo e Pensamento Político” do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp.**